

# **Demonstrações Financeiras**

## **MEZ 6 Energia S.A.**

31 de dezembro de 2025  
com Relatório do Auditor Independente

## **MEZ 6 Energia S.A.**

### Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

#### Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras.....	1
Demonstrações financeiras auditadas	
Balanço patrimonial .....	4
Demonstração do resultado .....	5
Demonstração do resultado abrangente .....	6
Demonstração das mutações do patrimônio líquido.....	7
Demonstração dos fluxos de caixa .....	8
Notas explicativas às demonstrações financeiras .....	9



São Paulo Corporate Towers  
Av. Presidente Juscelino Kubitschek,  
1909  
Vila Nova Conceição, São Paulo - SP,  
04543-011

Tel: +55 11 2573 3000  
ey.com.br

**Shape the future  
with confidence**

## **Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras**

Aos Administradores e Acionistas da  
**MEZ 6 Energia S.A.**  
São Paulo – SP

### **Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras da MEZ 6 Energia S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### **Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Ênfase – Aspectos relacionados aos prazos e operação do empreendimento**

Chamamos a atenção para a Nota 1.2 às demonstrações financeiras, que descreve que a Companhia encontra-se em fase de construção, bem como as discussões com o poder concedente sobre a recomendação da sanção de caducidade e o distrato do contrato de concessão. A Companhia aguarda a definição sobre o reequilíbrio econômico-financeiro de forma a viabilizar a retomada da construção do referido empreendimento. Nossa opinião não está modificada em relação a esse tema.



**Shape the future  
with confidence**

### **Principal assunto de auditoria**

Principal assunto de auditoria é aquele que, em nosso julgamento profissional, foi o mais significativo em nossa auditoria do exercício corrente. Esse assunto foi tratado no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esse assunto. Para o assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”, incluindo aquelas em relação a esse principal assunto de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar o assunto abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

### **Mensuração do ativo contratual**

Conforme divulgado na nota explicativa 3.3 às demonstrações financeiras, a Companhia avalia que mesmo após a conclusão da fase de construção da infraestrutura de transmissão, segue existindo um ativo de contrato pela contrapartida da receita de construção, uma vez que é necessária a satisfação da obrigação de performance de operar e manter a infraestrutura de transmissão para que a Companhia passe a ter um direito incondicional de receber caixa como contraprestação da obrigação de performance de construção. Conforme divulgado na nota explicativa 5, em 31 de dezembro de 2025, o saldo do ativo contratual da Companhia era de R\$ 64.169 mil. O ativo contratual refere-se ao direito da Companhia à contraprestação em decorrência do serviço de construção da infraestrutura das linhas de transmissão, incluindo custo incorridos, margem de construção, indenização pelos ativos não amortizados ao final da concessão e receita financeira pela remuneração dos ativos da concessão.

O reconhecimento do ativo de contrato e da receita de construção da Companhia de acordo com o CPC 47 – Receita de contrato com cliente, conforme divulgado na nota explicativa 2.3, requer o exercício de julgamento significativo, uma vez que a mensuração do progresso da Companhia em relação ao cumprimento da obrigação de performance satisfeita ao longo do tempo requer o uso de estimativas e julgamentos significativos pela diretoria para estimar os esforços ou insumos necessários para o cumprimento da obrigação de performance, tais como materiais, mão de obra e margens de lucros esperada bem como as projeções das receitas esperadas, o que requer estimativas do tempo de duração da fase de construção. Finalmente, por se tratar de um contrato de longo prazo, a identificação da taxa de desconto que representa o componente financeiro embutido no fluxo de recebimento futuro também requer o uso de julgamento por parte da diretoria. Devido à relevância dos valores e do julgamento significativo envolvido, consideramos a mensuração do ativo de contrato e das respectivas receitas como um assunto significativo para a nossa auditoria.



**Shape the future  
with confidence**

*Como nossa auditoria conduziu esse assunto*

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros: i) Avaliação da adequação das políticas contábeis adotadas pela Companhia, e entendimento dos controles internos relacionados ao reconhecimento das receitas e custos relacionados à execução do contrato; (ii) análise da determinação de margem nos projetos em construção, relacionado aos novos contratos de concessão, e aos projetos de reforços e melhorias das instalações de transmissão de energia elétrica já existentes, verificando a metodologia e as premissas adotadas pela Companhia, para estimar o custo total de construção, e o valor presente dos fluxos de recebimento futuro, descontado a taxa de juros implícita que representa o componente financeiro embutido no fluxo de recebimentos; (iii) com o auxílio de especialistas em modelagem financeira, análise da metodologia e dos cálculos para determinar a referida taxa implícita de desconto; (iv) análise do contrato de concessão e seus aditivos para identificar as obrigações de performance previstas contratualmente, além de aspectos relacionados aos componentes variáveis, aplicáveis ao preço do contrato; (v) análise do enquadramento da infraestrutura já construída no conceito de ativo contratual; (vi) análise da alocação da contraprestação prevista nos contratos de concessão a cada uma das obrigações de performance; (vii) análise de eventual risco de penalizações por atrasos na construção ou indisponibilidade; (viii) análise da eventual existência de contrato oneroso; (ix) análise dos impactos oriundos da Revisão Tarifária Periódica (RTP), por meio de inspeção das notas técnicas e consultas públicas emitidas pelo órgão regulador, recálculo do valor presente do fluxo contratual dos ativos da concessão, com base na nova Receita Anual Permitida (RAP) e verificação das glosas de projetos e das bases de remuneração; (x) avaliação dos seguintes aspectos relacionados aos projetos de construção: (a) análise do cumprimento do cronograma físico das obras em andamento, bem como a verificação da existência ou não de itens anormais ao cronograma físico atualizado da obra, com possíveis alterações de projeto, ou mudanças de fornecedores que possam gerar custos não capturados pelos controles internos da Companhia; (b) avaliação das variações entre o orçamento inicial e orçamento atualizado das obras em andamento, e as justificativas apresentadas pela gestão da obra para os desvios; e (c) caso aplicável, verificação de indícios de insuficiência dos custos a incorrer, para conclusão das etapas construtivas do empreendimento; (xi) análises das comunicações com órgãos reguladores relacionadas à atividade de transmissão de energia elétrica e de mercado de valores mobiliários; e (xii) a avaliação das divulgações efetuadas pela Companhia nas demonstrações financeiras.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a mensuração do ativo de contrato da Companhia, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e premissas adotados pela diretoria na determinação do ativo de contrato e das respectivas receitas de construção, assim como as divulgações nas notas explicativas 2.3, 3.3 e 5 são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

### **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras**

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.



**Shape the future  
with confidence**

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.



**Shape the future  
with confidence**

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 31 de março de 2026.

ERNST & YOUNG  
Auditores Independentes S/S Ltda.  
CRC SP-034519/O

Francisco F. A. Noronha Andrade  
Contador CRC PE-026317/O

## MEZ 6 Energia S.A.

Balço patrimonial  
31 de dezembro de 2025 e 2024  
(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2025	31/12/2024
<b>Ativo</b>			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	12	10
Tributos e contribuiões a compensar		134	134
Partes relacionadas		-	859
Ativo de contrato	5	-	9.467
Outros ativos circulantes		108	180
Total do ativo circulante		<u>255</u>	<u>10.650</u>
Não circulante			
Ativo de contrato	5	64.169	105.404
Total do ativo não circulante		<u>64.169</u>	<u>105.404</u>
Total do ativo		<u>64.424</u>	<u>116.053</u>
<b>Passivo</b>			
Circulante			
Fornecedores	6	11.947	11.564
Debentures	7	39.557	36.149
Obrigaões fiscais, trabalhistas e sociais		3	12
Provisão pré-operacionais		18	-
PIS e COFINS diferidos	8	562	1.018
Outros passivos circulantes		-	1.052
Total do passivo circulante		<u>52.087</u>	<u>49.795</u>
Não circulante			
Imposto de renda e contribuão social diferidos	8	1.904	3.409
PIS e COFINS diferidos	8	1.780	3.175
Total do passivo não circulante		<u>3.684</u>	<u>6.584</u>
<b>Patrimônio líquido</b>			
Capital social	9	12.871	12.871
Adiantamento para futuro aumento de capital	9	3.330	90
Prejuízos acumulados		(7.548)	46.713
Total do patrimônio líquido		<u>8.653</u>	<u>59.674</u>
Total do passivo e patrimônio líquido		<u>64.424</u>	<u>116.053</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## MEZ 6 Energia S.A.

Demonstração do resultado  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024  
(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Receita operacional líquida	10	5.643	46.160
Custo de Implementação de Infraestrutura	11	(6.876)	(7.474)
Resultado bruto		<b>(1.233)</b>	38.686
Administrativas e gerais		70	(209)
Outras receitas operacionais	12	(54.494)	-
Resultado antes do resultado financeiro		<b>(55.657)</b>	38.477
Despesas Financeiras		(6)	-
		<b>(6)</b>	-
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		<b>(55.663)</b>	38.477
Imposto de renda e contribuição social corrente	13	(2)	(96)
Imposto de renda e contribuição social diferido	8	1.505	(1.965)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		<b>(54.161)</b>	36.416

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## MEZ 6 Energia S.A.

Demonstração do resultado abrangente  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024  
(Em milhares de reais)

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	<b>(54.161)</b>	36.416
Total de resultados abrangentes	<b><u>(54.161)</u></b>	<u>36.416</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## MEZ 6 Energia S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024  
(Em milhares de reais)

	Nota	Capital social	Adiantamento para futuro aumento de capital	Reserva Legal	Reserva de lucros a realizar	Lucros/prejuízo acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023		12.871		720	9.577	-	23.168
Adiantamento para futuro aumento de capital		-	90	-	-	-	90
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	36.416	36.416
Reserva legal		-	-	1.821	-	(1.821)	-
Reserva de lucros a realizar		-	-	-	34.495	(34.595)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024		12.871	90	2.541	44.072	-	59.674
Adiantamento para futuro aumento de capital	9	-	3.240	-	-	-	3.240
Prejuízo do exercício	9	-	-	-	-	(54.161)	(54.260)
Absorção de prejuízos	9	-	-	(2.541)	(44.072)	46.613	-
Saldos em 31 de dezembro de 2025		12.871	3.330	-	-	(7.548)	8.653

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## MEZ 6 Energia S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024  
(Em milhares de reais)

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	<b>(54.161)</b>	36.416
Encargos de Debentures	6.100	4.583
Custos de captação		-
PIS e COFINS diferidos	(1.851)	2.418
IRPJ e CSLL diferidos	(1.505)	1.965
	<b>(51.417)</b>	45.382
Aumento nos ativos		
Ativo de contrato	50.701	(48.577)
Impostos a recuperar	-	(2)
Partes relacionadas	877	(24)
Outros ativos	(28)	179
	<b>51.550</b>	(48.426)
Aumento nos passivos		
Fornecedores	383	34
Obrigações Fiscais, sociais e trabalhistas	(9)	1
Outras obrigações	(1.053)	1
	<b>(679)</b>	36
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	<b>(546)</b>	(3.008)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Adiantamento para futuro aumento de capital	3.240	90
Amortização do principal e juros	(2.692)	-
Transações não Caixa	56.558	-
	<b>548</b>	90
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	<b>548</b>	90
Variação líquida de caixa e equivalentes de caixa	<b>2</b>	(2.918)
Caixa e equivalentes no início do exercício	10	2.928
Caixa e equivalentes no fim do exercício	12	10

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## **MEZ 6 Energia S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

### **1. Contexto operacional**

#### **1.1. Objeto social**

A MEZ 6 Energia S.A. (“Companhia” ou “Transmissora”), controlada pela MEZ T2 Transmissora e Participações Ltda, que tem como controladora do grupo econômico a MEZ Energia e Participações S.A., é uma sociedade Anônima de Capital Fechado, constituída em 29 de dezembro de 2020 e está estabelecida na Avenida Ibirapuera, S/N - Anexo Altura do N 1753 Andar 15 Sala 2 Parte - Indianópolis - São Paulo - SP.

A Companhia tem por objeto social a construção, projeto, implantação, operação, manutenção e exploração, de instalações de transmissão de energia elétrica da rede básica do Sistema Interligado Nacional e de mais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle telecomunicação, administração, apoio e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica. Essa atividade é regulamentada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME).

#### **1.2. Da Concessão**

Por meio do Contrato de Concessão do Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica nº 2/2021 - ANEEL, datado de 31 de março 2021, foi outorgada à Companhia a concessão de Serviço de Transmissão de Energia Elétrica pelo prazo de 30 anos, que consiste na construção, operação, manutenção e pelas demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio dos seguintes empreendimentos:

- LT's 345 kV Norte - Miguel Reale C3 e C4.

Atualmente a Companhia encontra-se em fase de construção do empreendimento. O prazo contratual do empreendimento para entrada em operação era setembro de 2025, no entanto, a Companhia vem realizando comunicações com a ANEEL para prorrogação do prazo para entrada comercial.

O orçamento remanescente previsto para conclusão do referido projeto é de R\$255.400. Deste montante, a Companhia depende do aporte de capital de seus acionistas e recursos de terceiros estimando em aproximadamente R\$77.000 em aportes dos acionistas e R\$179.000 em recursos como empréstimos e financiamentos.

Em 11 de dezembro de 2024, a ANEEL enviou a Companhia um termo de intimação, em função da observação do baixo avanço da obra, alertando uma violação dos cronogramas inicialmente programados em seus respectivo contrato de concessão.

## **MEZ 6 Energia S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

### **1. Contexto operacional--Continuação**

#### **1.2. Da Concessão--Continuação**

A Companhia em resposta a esta intimação mencionada no trecho acima, respondeu ao órgão em 27 de dezembro de 2024, contextualizando os motivos pelos quais a Companhia apresenta atraso nos avanços físicos observados, onde destaca-se a mudança de implementação do projeto realizada posterior ao edital do referido leilão da Companhia.

Em 13 de janeiro de 2025, a Companhia encaminhou o Plano de Recuperação dos respectivos projetos para ANEEL, pedindo reunião para discussão do tema. Em 27 de fevereiro, após reunião com ANEEL, a Companhia apresentou a formalização das propostas, pedindo o excludente de responsabilidade e a prorrogação do prazo para entrega do projeto.

A ANEEL analisou o recurso e respectivo plano de recuperação apresentado pela MEZ e recomendou ao Ministério de Minas e Energia ("MME") a declaração de caducidade do Contrato de Concessão. O MME, após análise da recomendação de caducidade, entendeu por bem recomendar ao Tribunal de Contas da União ("TCU"), por intermédio de sua Secretaria de Controle Externo de Solução Consensual (SecexConsenso) que admitisse o caso para possível de solução de Consenso.

Em 15 de agosto de 2025 o TCU, após análise, se manifestou admitindo a Solicitação de Solução Consensual.

Em 07 de Outubro de 2025, foi formado o comitê pelos técnicos do TCU SecexConsenso e Secex Energia, pelo secretário de Energia Elétrica do MME, João Daniel Cascalho e pelo Sr. Mauricio Zarzur, executivo da MEZ.

No âmbito de tratativas conduzidas com o Ministério de Minas e Energia, com acompanhamento do Tribunal de Contas da União (TCU), foi construída uma proposta de solução para os contratos de concessão do Grupo MEZ Energia, considerados relevantes e complexos, prevendo a definição sobre o reequilíbrio econômico-financeiro, de forma a viabilizar a retomada da construção do referido empreendimento. Até a data de emissão dessa Demonstração Financeira, o processo encontra-se em análise no TCU, aguardando deliberação para sua conclusão.

A extinção da concessão determinará, de pleno direito, a reversão ao Poder Concedente dos bens vinculados ao serviço, procedendo-se aos levantamentos e às avaliações, bem como à determinação do montante da indenização devida à Transmissora, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico.

## **MEZ 6 Energia S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

### **1. Contexto operacional--Continuação**

#### **1.2. Da Concessão--Continuação**

A Receita Anual Permitida (RAP) foi determinada em aproximadamente R\$20.373 para todos os trechos (valor histórico), que será acrescido de PIS e COFINS. A RAP será corrigida anualmente pelo IPCA no mês de julho de cada ano e será passível de revisão tarifária que ocorrerá no 5º, 10º e 15º ano da Concessão.

A Transmissora deverá executar reforços e melhorias nas instalações de transmissão da rede básica objeto desse contrato, nos termos da Resolução Normativa nº 643/2014, auferindo as correspondentes receitas e tendo em vista a adequada prestação do serviço público de transmissão de que é titular.

Sem prejuízo das penalidades cabíveis e das responsabilidades incidentes, a ANEEL poderá intervir na concessão, nos termos da Lei nº 8.987/1995, a qualquer tempo, para assegurar a prestação adequada do serviço público de transmissão ou o cumprimento, pela Transmissora, das normas legais, regulamentares e contratuais, após prévio pagamento da indenização das parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não depreciados, que tenham sido realizados pela Transmissora.

A critério exclusivo da ANEEL e para assegurar a continuidade e a qualidade do serviço público, o prazo da concessão poderá ser prorrogado por, no máximo, igual período, de acordo com o que dispõem os arts. 6º e 11 da Lei nº 12.783/2012, mediante requerimento da Transmissora. A eventual prorrogação do prazo da concessão estará subordinada ao interesse público e à revisão das condições estipuladas no contrato de concessão.

A Administração avalia constantemente a estrutura de capital e posição financeira da Companhia, preservando sempre a solidez e foco de longo prazo dos seus projetos. Essa avaliação é feita com base na avaliação da situação financeira da Companhia, que visa organizar a estrutura de capital durante a fase de construção e durante a fase de operação, sendo que cada fase possui riscos e custo de capital distintos.

Capital Circulante Líquido - CCL: a Companhia apresentou em 31 de dezembro de 2025, capital circulante líquido negativo de R\$51.832 (R\$39.145 em 31 de dezembro de 2024). Os principais fatores deste cenário se deram em virtude dos empréstimos ponte de curto prazo, e os fornecedores em aberto, que estão em processo de negociação com resolução prevista para até setembro de 2026.

Adicionalmente, a administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

## **MEZ 6 Energia S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

### **1. Contexto operacional--Continuação**

#### **1.3. Encargos regulamentares**

Os montantes que serão faturados pela Companhia estão sujeitos aos seguintes encargos regulatórios:

Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica (TFSEE) - taxa de fiscalização incidente sobre a transmissão de energia elétrica, devida mensalmente, sendo seu valor fixado pelos despachos emitidos no início de cada ano pela ANEEL e proporcionais ao porte do serviço concedido, considerando o valor econômico agregado pelo concessionário, sendo seu percentual anual equivalente a 0,4% da receita operacional.

Pesquisa & Desenvolvimento do setor elétrico (P&D) - investimento aplicado em pesquisa e desenvolvimento do setor elétrico equivalente ao percentual anual de 1% da receita operacional líquida.

Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) - O FNDCT foi criado com o objetivo de apoiar financeiramente programas e projetos prioritários de desenvolvimento científico e tecnológico nacionais, tendo como fonte de receita os incentivos fiscais, empréstimos de instituições financeiras, contribuições e doações de entidades públicas e privadas, sendo seu percentual anual equivalente a 0,4% da receita operacional.

Ministério de Minas e Energia (MME) - recolhimento a fim de custear os estudos e pesquisas de planejamento da expansão do sistema energético, bem como os de inventário e de viabilidade necessários ao aproveitamento dos potenciais hidrelétricos, sendo seu percentual anual equivalente a 0,4% da receita operacional.

### **2. Apresentação das demonstrações financeiras**

#### **2.1. Base de elaboração e apresentação**

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

A Companhia não possui outros resultados abrangentes, portanto, o único item de resultado abrangente total é o resultado do exercício.

## **MEZ 6 Energia S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

### **2. Apresentação das demonstrações financeiras--Continuação**

#### **2.1. Base de elaboração e apresentação--continuação**

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir.

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela administração em 31 de março de 2026.

#### **2.2. Moeda funcional e de apresentação**

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados pela moeda funcional da Companhia que é o Real, moeda do principal ambiente econômico no qual atua.

#### **2.3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas**

A preparação das demonstrações financeiras requer que a administração faça julgamentos, utilizando estimativas e premissas baseadas em fatores objetivos e subjetivos e em opinião de assessores jurídicos, para determinação dos valores adequados para registro de determinadas transações que afetam ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais dessas transações podem divergir dessas estimativas.

Esses julgamentos, estimativas e premissas são revistos ao menos anualmente e eventuais ajustes são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas.

Julgamentos, estimativas e premissas considerados críticos estão relacionados aos seguintes aspectos:

- Constituição de ativo ou passivo fiscal diferido
- Contabilização de contratos de concessão

Na contabilização dos contratos de concessão, a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da administração, substancialmente, no que diz respeito a aplicabilidade da interpretação de contratos de concessão, determinação e classificação de receitas de implementação da infraestrutura, ampliação, reforços e melhorias como ativo contratual.

## **MEZ 6 Energia S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

## **2. Apresentação das demonstrações financeiras--Continuação**

### **2.3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas--Continuação**

#### Momento de reconhecimento do ativo contratual

A administração da Companhia avalia o momento de reconhecimento dos ativos das concessões com base nas características econômicas de cada contrato de concessão. O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto. O ativo contratual é registrado em contrapartida a receita de implementação da infraestrutura, que é reconhecida conforme os gastos incorridos. A parcela do ativo contratual indenizável é identificada quando a implementação da infraestrutura é finalizada.

#### Determinação da taxa de desconto do ativo contratual

A taxa aplicada ao ativo contratual é a taxa de desconto que seria refletida em uma transação de financiamento separada entre a entidade e seu cliente no início do contrato, 8,5 %. Essa taxa refletiria as características de crédito da parte que recebe financiamento no contrato, bem como qualquer garantia ou garantia fornecida pelo cliente ou pela entidade, incluindo os ativos transferidos no contrato. A taxa para precificar o componente financeiro do ativo contratual é estabelecida na data do início de cada contrato de concessão. Quando o Poder Concedente revisa ou atualiza a receita que a Companhia tem direito a receber, a quantia escriturada do ativo contratual é ajustada para refletir os fluxos revisados, sendo o ajuste reconhecido como receita ou despesa no resultado.

#### Determinação das receitas de implementação da infraestrutura

Quando a concessionária presta serviços de implementação da infraestrutura, é reconhecida a receita de implementação da infraestrutura pelo valor justo e os respectivos custos relativos aos serviços de implementação da infraestrutura prestados, resultando numa margem de lucro da implementação da infraestrutura quando confrontada com o valor justo da contraprestação dos serviços via Receita Anual Permitida (RAP). As variações positivas ou negativas em relação à margem estimada são alocadas no resultado quando incorridas.

#### Determinação das receitas de operação e manutenção

Após a entrada em operação, quando a concessionária presta serviços de operação e manutenção, é reconhecida a receita pelo valor justo, tendo como um dos parâmetros os valores estimados pelo Poder Concedente e os respectivos custos, conforme contraprestação dos serviços.

## **MEZ 6 Energia S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

### **2. Apresentação das demonstrações financeiras--Continuação**

#### **2.3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas--Continuação**

Conforme previsto no contrato de concessão, o concessionário atua como prestador de serviço. O concessionário implementa, amplia, reforça ou melhora a infraestrutura (serviços de implementação da infraestrutura) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação e manutenção) durante determinado prazo. A transmissora de energia é remunerada pela disponibilidade da infraestrutura durante o prazo da concessão.

O contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para realização dos serviços públicos, sendo os bens revertidos ao Concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem direito de operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do Poder Concedente, nas condições previstas no contrato de concessão.

O concessionário deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente e CPC 48 - Instrumentos Financeiros e ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão. Caso o concessionário realize mais de um serviço regidos por um único contrato, a remuneração recebida ou a receber deve ser alocada a cada obrigação de performance com base nos valores relativos aos serviços prestados caso os valores sejam identificáveis separadamente.

O ativo de concessão registra valores a receber referentes a implementação da infraestrutura e a receita de remuneração dos ativos da concessão.

### **3. Principais políticas contábeis**

#### **3.1. Instrumentos financeiros**

##### a) Ativos financeiros

##### i) *Classificação e mensuração*

Conforme o CPC 48 os instrumentos financeiros são classificados em três categorias: mensurados ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA") e ao valor justo por meio do resultado ("VJR").

## MEZ 6 Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2025  
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

### 3. Principais políticas contábeis--Continuação

#### 3.1. Instrumentos financeiros--Continuação

##### a) Ativos financeiros--Continuação

##### i) *Classificação e mensuração*--Continuação

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais e do modelo de negócio para a gestão destes ativos financeiros. A Companhia apresenta os instrumentos financeiros de acordo com as categorias anteriormente mencionadas:

##### Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas no resultado.

##### Custo amortizado

Um ativo financeiro é classificado e mensurado pelo custo amortizado, quando tem finalidade de recebimento de fluxos de caixa contratuais e gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento. Os ativos mensurados pelo valor de custo amortizado utilizam método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução de valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação de taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento de juros seria imaterial.

## MEZ 6 Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2025  
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

### 3. Principais políticas contábeis--Continuação

#### 3.1. Instrumentos financeiros--Continuação

a) Ativos financeiros--Continuação

ii) *Redução ao valor recuperável de ativos financeiros (impairment)*

Conforme o CPC 48 o modelo de “perdas esperadas” se aplica aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais.

iii) *Baixa de ativos financeiros*

A baixa (desreconhecimento) de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando são transferidos a um terceiro os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual, substancialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

b) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado. Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

#### 3.2. Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. São considerados equivalentes de caixa as aplicações financeiras de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento em três meses ou menos, a contar da data de contratação.

## **MEZ 6 Energia S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

### **3. Principais políticas contábeis--Continuação**

#### **3.3. Ativo de concessão - contratual**

Conforme previsto no contrato de concessão, o concessionário atua como prestador de serviço. O concessionário implementa, amplia, reforça ou melhora a infraestrutura (serviços de implementação da infraestrutura) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação e manutenção) durante determinado prazo. A transmissora de energia é remunerada pela disponibilidade da infraestrutura durante o prazo da concessão.

O contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para realização dos serviços públicos, sendo os bens revertidos ao poder concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem direito de operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do Poder Concedente, nas condições previstas no contrato de concessão.

O concessionário deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente, CPC 48 - Instrumentos Financeiros e ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão. Caso o concessionário realize mais de um serviço regidos por um único contrato, a remuneração recebida ou a receber deve ser alocada a cada obrigação de performance com base nos valores relativos aos serviços prestados caso os valores sejam identificáveis separadamente.

O ativo de concessão registra valores a receber referentes à implementação da infraestrutura, a receita de remuneração dos ativos da concessão e a serviços de operação e manutenção, classificados em:

a) Ativo de concessão - financeiro

A atividade de operar e manter a infraestrutura de transmissão tem início após o término da fase de construção e entrada em operação da mesma. O reconhecimento do contas a receber e da respectiva receita originam somente depois que a obrigação de desempenho é concluída mensalmente. De forma que estes valores a receber, registrados na rubrica "Serviços de O&M", são considerados ativo financeiro a custo amortizado.

## MEZ 6 Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

### 3. Principais políticas contábeis--Continuação

#### 3.3. Ativo de concessão - contratual--Continuação

##### b) Ativo de concessão - contratual

A concessão da Companhia foi classificada dentro do modelo de ativo contratual. O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. Mensalmente, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele mês pela satisfação da obrigação de desempenho de construir torna-se um ativo financeiro, pois nada mais além da passagem do tempo será requerida para que o referido montante seja recebido. Os benefícios deste ativo são os fluxos de caixa futuros.

O valor do ativo contratual das concessionárias de transmissão de energia é formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros. O fluxo de caixa futuro é estimado no início da concessão, ou na sua prorrogação, e as premissas de sua mensuração são revisadas na Revisão Tarifária Periódica (RTP).

Os fluxos de caixa são definidos a partir da Receita Anual Permitida (RAP), que é a contraprestação que as concessionárias recebem pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários. Estes recebimentos amortizam os investimentos nessa infraestrutura de transmissão e eventuais investimentos não amortizados (bens reversíveis) geram o direito de indenização do Poder Concedente ao final do contrato de concessão. Este fluxo de recebimentos é (i) remunerado pela taxa que representa o componente financeiro do negócio, estabelecida no início de cada projeto; e (ii) atualizado pelo IPCA.

A implementação da infraestrutura, atividade executada durante fase de obra, tem o direito a contraprestação vinculado a performance de finalização da obra e das obrigações de desempenho de operar e manter, e não somente a passagem do tempo, sendo o reconhecimento da receita e custos das obras, relacionadas à formação deste ativo através dos gastos incorridos.

## **MEZ 6 Energia S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

### **3. Principais políticas contábeis--Continuação**

#### **3.3. Ativo de concessão - contratual--Continuação**

As receitas com implementação da infraestrutura, receita de operação e manutenção e receita de remuneração dos ativos de concessão estão sujeitas ao diferimento de Programa de Integração Social - PIS e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS cumulativos, registrados na conta "impostos diferidos" no passivo não circulante.

#### **3.4. Demais ativos circulantes e não circulantes**

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

#### **3.5. Passivos circulantes e não circulantes**

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

#### **3.6. Ajuste a valor presente de ativos e passivos**

Os ativos e passivos monetários não circulantes estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros implícita dos respectivos ativos e passivos.

#### **3.7. Provisão para redução ao valor recuperável ("impairment")**

A administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos financeiros e não financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para perda ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável e as respectivas provisões são apresentadas nas notas explicativas. Para o exercício não houve a identificação de ativos a terem ajustes no valor recuperável.

## MEZ 6 Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

### 3. Principais políticas contábeis--Continuação

#### 3.8. Reconhecimento de receita

As receitas são reconhecidas quando ou conforme a entidade satisfaz as obrigações de performance assumidas no contrato com o cliente, e somente quando houver um contrato aprovado; for possível identificar os direitos; houver substância comercial e for provável que a entidade receberá a contraprestação à qual terá direito. As receitas da Companhia são classificadas nos seguintes grupos:

a) Receita de infraestrutura

Refere-se aos serviços de implementação da infraestrutura, ampliação, reforço e melhorias das instalações de transmissão de energia elétrica. As receitas de infraestrutura são reconhecidas conforme os gastos incorridos e calculadas acrescentando-se as alíquotas de PIS e COFINS ao valor do investimento, uma vez que os projetos embutem margem suficiente para cobrir os custos de implementação da infraestrutura e encargos, considerando que boa parte de suas instalações é implementada através de contratos terceirizados com partes não relacionadas. As variações positivas ou negativas em relação à margem estimada são alocadas no resultado ao fim de cada obra.

Toda a margem de construção é reconhecida durante a obra e variações positivas ou negativas são alocadas imediatamente ao resultado, no momento que incorridas. Para estimativa referente a Receita de Construção, a Companhia utilizou um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, Poder Concedente). A taxa definida para o valor presente líquido da margem de construção (e de operação) é definida no momento inicial do projeto e não sofre alterações posteriores, sendo apurada de acordo com o risco de crédito do cliente e prazo de financiamento.

b) Remuneração dos ativos de concessão

Refere-se aos juros reconhecidos pelo método linear com base taxa de desconto de 8,5% que representa a remuneração dos investimentos da infraestrutura de transmissão, por considerar as especificidades do negócio. A taxa busca precificar o componente financeiro do ativo contratual, determinada na data de início de cada contrato de concessão e não sofre alterações posteriores. A taxa incide sobre o montante a receber do fluxo futuro de recebimento de caixa.

c) Receita de operação e manutenção

Refere-se aos serviços de operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica, que tem após o término da fase de construção e visa a não interrupção da disponibilidade dessas instalações.

## **MEZ 6 Energia S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

### **3. Principais políticas contábeis--Continuação**

#### **3.9. Despesas operacionais**

As despesas operacionais são reconhecidas e mensuradas de acordo com o regime de competência, apresentadas líquidas dos respectivos créditos de PIS e COFINS quando aplicável. A Companhia classifica seus gastos operacionais na Demonstração de Resultado por função, ou seja, segregando entre custos e despesas de acordo com sua origem e função desempenhada, em conformidade com o requerido no artigo 187 da Lei 6.404/76. Os gastos realizados para implementação de infraestrutura são reconhecidos como ativo pois resultam em benefícios econômicos futuros.

#### **3.10. Imposto de renda e contribuição social**

##### Correntes

A Companhia adota regime tributário do lucro presumido para cálculo do imposto de renda e contribuição social. O cálculo do imposto de renda tem como base 8% da receita total e sobre esse resultado é aplicada a alíquota de 25%, enquanto para o cálculo da contribuição social utiliza como base 12% da receita total e sobre o resultado aplicamos a alíquota de 9%.

##### Diferidos

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada.

Os impostos diferidos ativos e passivos são compensados apenas quando há o direito legal de compensar o ativo fiscal corrente com o passivo fiscal corrente e quando eles estão relacionados aos impostos administrados pela mesma autoridade fiscal e a Companhia pretende liquidar o valor líquido dos seus ativos e passivos fiscais correntes.

#### **3.11. Impostos sobre a receita**

##### a) Impostos sobre serviços

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre serviços, exceto quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre serviços é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso.

## MEZ 6 Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

### 3. Principais políticas contábeis--Continuação

#### 3.12. Despesas e receitas financeiras

As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros sobre aplicações financeiras e é reconhecida no resultado através do método de juros efetivos. As despesas financeiras abrangem basicamente as despesas bancárias, juros, multa e despesas com juros sobre empréstimos e financiamentos que são reconhecidos pelo método de taxa de juros efetivos. A Companhia classifica os juros como fluxo de caixa das atividades de financiamento porque são custos da obtenção de recursos financeiros.

#### 3.13. Novas normas e interpretações

##### 3.13.1. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2025

- CPC 40 – Estabelece os requisitos de divulgação nas demonstrações financeiras relacionados a instrumentos financeiros, com o objetivo de permitir que os usuários avaliem a relevância desses instrumentos para a posição patrimonial e financeira da entidade, bem como a natureza e a extensão dos riscos decorrentes desses instrumentos. A norma exige divulgações detalhadas sobre riscos de crédito, liquidez e mercado, além de informações sobre mensuração a valor justo e hierarquia de valor justo (níveis 1, 2 e 3), políticas de gestão de risco e métodos utilizados para mensuração. Base internacional: IFRS 7.
- CPC 48 – Estabelece os princípios para reconhecimento, classificação, mensuração e baixa de ativos e passivos financeiros, além de definir o modelo de impairment baseado em perdas de crédito esperadas (Expected Credit Loss – ECL) e as regras para contabilidade de hedge. A norma determina que os ativos financeiros sejam classificados conforme o modelo de negócio da entidade e as características dos fluxos de caixa contratuais, podendo ser mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por outros resultados abrangentes (FVOCI) ou ao valor justo por meio do resultado (FVTPL). Também introduz um modelo prospectivo para reconhecimento de perdas de crédito, visando refletir antecipadamente riscos de inadimplência nos instrumentos financeiros. Base internacional: IFRS 9.

##### 3.13.2. Normas emitidas ou alteradas, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar estas normas e interpretações novas e alteradas, se aplicável, após emissão pelo CPC quando entrarem em vigor. A Companhia ainda não concluiu a sua análise sobre os eventuais impactos decorrentes da adoção das referidas normas.

## MEZ 6 Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

### 3. Principais políticas contábeis--Continuação

#### 3.13.2 Novas normas e interpretações--Continuação

IFRS 18 – Estabelece nova estrutura para apresentação e divulgação das demonstrações financeiras, com foco na classificação de receitas e despesas em categorias (operacional, investimento e financiamento), definição de subtotais obrigatórios na Demonstração do Resultado do Exercício, divulgação de medidas de desempenho da administração e critérios para agregação e desagregação de informações nas demonstrações financeiras. Data de vigência: exercícios iniciados em ou após 01 de janeiro de 2027.

- IFRS 19 - Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações - permite que uma subsidiária elegível forneça divulgações reduzidas ao aplicar as Normas Contábeis IFRS nas suas demonstrações financeiras. Início da vigência em 01 de janeiro de 2027.

### 4. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Caixa e bancos	12	10
	<u>12</u>	<u>10</u>

### 5. Ativo de contrato

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Saldo Inicial	<b>114.870</b>	66.293
Receita de Implementação de Infraestrutura	5.858	37.758
Remuneração do Ativo de Concessão	-	10.819
Ajustes Caducidade (*)	(56.559)	-
	<u><b>64.169</b></u>	<u>114.870</u>
Circulante	-	9.467
Não Circulante	<u><b>64.169</b></u>	<u>105.404</u>
	<u><b>64.169</b></u>	<u>114.870</u>

(\*) Em virtude das discussões sobre caducidade da concessão da Companhia, a administração efetuou o estorno das receitas de remuneração e margem de construção do projeto, mantendo apenas os montantes correspondentes aos custos de construção. Caso o processo evolua de forma favorável, as receitas serão reestabelecidas.

## MEZ 6 Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

### 6. Fornecedores

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Serviços	11.947	11.564
	<u>11.947</u>	<u>11.564</u>

Os valores referem-se substancialmente a serviços para a obra a serem liquidados até o final do próximo exercício.

### 7. Debêntures

a) Os empréstimos, financiamentos e debêntures são compostas da seguinte forma:

<u>Instituições Financeiras</u>	<u>Moeda</u>	<u>Vencimento</u>	<u>Taxa de juros a.a.</u>	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Banco BTG - Debentures	BRL	27/04/2026	100% CDI + 3,15% 252 D.U.	39.557	36.149
				<u>39.557</u>	<u>36.149</u>

b) Movimentação de debêntures

#### *Movimentação 2025*

<u>Instituições Financeiras</u>	<u>Saldos em 31/12/2024</u>	<u>Custo de captação</u>	<u>Encargos de debentures</u>	<u>Amortização de juros</u>	<u>Saldos em 31/12/2025</u>
Banco BTG - Debêntures	36.149	-	6.100	(2.692)	39.557
	<u>36.149</u>	<u>-</u>	<u>6.100</u>	<u>(2.692)</u>	<u>39.557</u>

#### *Movimentação 2024*

<u>Instituições Financeiras</u>	<u>Saldos em 31/12/2023</u>	<u>Custo de captação</u>	<u>Encargos de debentures</u>	<u>Amortização de juros</u>	<u>Saldos em 31/12/2024</u>
Banco BTG - Debêntures	31.566	-	4.583	-	36.149
	<u>31.566</u>	<u>-</u>	<u>4.583</u>	<u>-</u>	<u>36.149</u>

#### *Debêntures Banco BTG*

A Companhia celebrou junto ao Banco BTG a debênture CVM 476, não conversível, com taxa de 100% CDI + 3,15% 252 D.U. para arcar com os fluxos iniciais do projeto até a estruturação do empréstimo de longo prazo. O financiamento não tem obrigações de comprovação de Covenants.

## MEZ 6 Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

### 7. Debêntures--Continuação

Os vencimentos das parcelas de circulantes são os seguintes:

	31/12/2025	31/12/2024
2025	-	36.149
2026	39.557	-
	<b>39.557</b>	<b>36.149</b>

#### Garantias

- (i) Fiança corporativa da MEZ Energia Participações S.A;
- (ii) Alienação Fiduciária das Ações da SPE, e
- (iii) Cessão Fiduciária dos Direitos Creditórios da SPE.

### 8. Tributos diferidos

	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Pis e Cofins	8.1	2.342	3.542
Imposto de renda e Contribuição social	8.2	1.904	2.880
		<b>4.246</b>	<b>6.422</b>

#### 8.1. Pis e Cofins diferidos

	31/12/2025	31/12/2024
<b>Saldo anterior</b>	<b>4.193</b>	1.775
Receita de Implementação de Infraestrutura Líquida de Margem	5.858	37.758
Remuneração dos ativos de contrato	-	10.819
(-) RAP	-	-
<b>Base de cálculo</b>	<b>5.858</b>	48.577
Alíquotas PIS e COFINS	3,65%	3,65%
Outros	(2.065)	645
<b>PIS e COFINS diferidos</b>	<b>214</b>	<b>1.773</b>
<b>Saldo final</b>	<b>2.342</b>	4.193
	<b>31/12/2025</b>	<b>31/12/2024</b>
Circulante	562	1.018
Não Circulante	1.780	3.175
	<b>2.342</b>	<b>4.193</b>

## MEZ 6 Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

### 8. Tributos diferidos--Continuação

#### 8.2. Imposto de renda e contribuição social diferidos

São registradas diferenças temporárias considerando as alíquotas vigentes dos tributos citados, de acordo com as disposições do CPC 32 São reconhecidos de acordo com a transação que os originou. O imposto de renda e a contribuição social diferidos, ativos e passivos, são apresentados pela sua natureza e o valor total é apresentado pelo montante líquido após as devidas compensações, conforme requerido pelo CPC 32.

##### a) Impostos diferidos

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Imposto de renda diferido	<b>1.237</b>	2.213
Contribuição social diferida	<b>667</b>	1.196
<b>IR e CS diferidos (Não circulante)</b>	<b>1.904</b>	3.409

## MEZ 6 Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2025  
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

### 8. Tributos diferidos--Continuação

#### 8.2. Imposto de renda e contribuição social diferidos--Continuação

##### b) Reconciliação da receita (despesa)

	31/12/2025		31/12/2024	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
<b>Receitas diferidas</b>	<b>(50.700)</b>	<b>(50.700)</b>	48.577	48.577
Receitas diferidas	<b>(50.700)</b>	<b>(50.700)</b>	48.577	48.577
Alíquota de presunção	<b>8%</b>	<b>12%</b>	8%	12%
Base de cálculo presumida	<b>(4.056)</b>	<b>(6.084)</b>	3.886	5.829
Alíquota utilizada para o cálculo	<b>25%</b>	<b>9%</b>	25%	9%
Imposto de renda e contribuição social efetiva	<b>(1.014)</b>	<b>(548)</b>	972	525
Outros ajustes (*)	-	-	304	164
Impactos Caducidade	<b>1.090</b>	<b>589</b>	-	-
Realização Impostos Diferidos	<b>(1.053)</b>	<b>(569)</b>	-	-
<b>Impostos de renda e contribuição social diferido</b>	<b>977</b>	<b>528</b>	1.276	689

(\*) Refere-se basicamente aos ajustes de IR e CS diferido sobre o saldo total do ativo de concessão.

### 9. Patrimônio líquido

#### a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o capital social subscrito é de R\$12.871, dividido em 12.870.871 ações ordinárias no valor nominal de R\$1,00 cada.

O capital social da Companhia é composto como se segue:

	31/12/2025			31/12/2024		
	Quantidade de ações	R\$ mil	% do capital social	Quantidade de ações	R\$ mil	% do capital social
MEZ T1 Transmissora e Participações S.A.	9.653.153	9.653	75%	9.653.153	9.653	75%
MEZ Energia Fundo de Investimento em Infraestrutura	3.217.718	3.218	25%	3.217.718	3.218	25%
	<b>12.870.871</b>	<b>12.871</b>	<b>100%</b>	<b>12.870.871</b>	<b>12.871</b>	<b>100%</b>

## MEZ 6 Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

### 9. Patrimônio líquido--Continuação

#### b) Adiantamento para futuro aumento de capital

08 de janeiro de 2025	10	MEZ T2 TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.
17 de janeiro de 2025	30	MEZ T2 TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.
27 de janeiro de 2025	5	MEZ T2 TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.
29 de janeiro de 2025	15	MEZ T2 TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.
27 de fevereiro de 2025	65	MEZ T2 TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.
27 de junho de 2025	5	MEZ T2 TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.
08 de julho de 2025	20	MEZ T2 TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.
29 de julho de 2025	20	MEZ T2 TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.
29 de agosto de 2025	2.100	MEZ T2 TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.
29 de agosto de 2025	700	FIP-EI
27 de novembro de 2025	200	MEZ T2 TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.
19 de dezembro de 2025	20	MEZ T2 TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.
23 de dezembro de 2025	50	MEZ T2 TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.
	<b>3.240</b>	

#### Destinação do lucro

A destinação do lucro da Companhia, conforme contrato social, será decidida pelos acionistas na AGO.

#### Destinação do lucro--Continuação

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
(+/-) Lucro (Prejuízo) Líquido do exercício	(54.260)	36.416
(-) Constituição da reserva Legal	-	(1.821)
(+) Absorção do prejuízo do exercício	54.260	-
(-) Constituição da reserva de lucros a realizar	-	(34.595)
	<u>-</u>	<u>-</u>

#### Reserva Legal

Em decorrência do prejuízo do exercício, não houve constituição de reserva legal e não há saldo anterior ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

## MEZ 6 Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

### 10. Receita operacional líquida

	31/12/2025	31/12/2024
<b>Receita operacional bruta</b>		
Receita de Implementação de Infraestrutura líquida de Margem	5.858	37.758
Remuneração dos ativos de contrato	-	10.819
	<b>5.858</b>	<b>48.577</b>
(-) PIS sobre receita - diferido	(38)	(430)
(-) Cofins sobre receita - diferido	(176)	(1.987)
(-) Outros encargos	(1)	-
	<b>(215)</b>	<b>(2.417)</b>
<b>RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA</b>	<b>5.643</b>	<b>46.160</b>

### 11. Custo de implementação de infraestrutura

	31/12/2025	31/12/2024
Pessoal	159	205
Material	6	51
Serviços de terceiros	1.200	2.500
Juros capitalizados	5.355	4.583
Adiantamento a fornecedores	(111)	-
Outros	267	135
	<b>6.876</b>	<b>7.474</b>

### 12. Outras Receitas e Despesas

	31/12/2025	31/12/2024
Reversão da receita de atualização do Ativo Contratual	18.708	-
Reversão da margem de construção	37.850	-
Estorno de Pis e Cofins Diferidos	(2.064)	-
	<b>(54.494)</b>	<b>-</b>

## MEZ 6 Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

### 13. Imposto de renda e contribuição social correntes

	31/12/2025	31/12/2024
<b>Receitas financeiras</b>	6	324
Base de cálculo	<b>6</b>	<b>324</b>
Alíquota IRPJ 25%	1	81
(-) Outros	-	(14)
<b>IRPJ</b>	<b>1</b>	<b>67</b>
Alíquota CSLL 9%	1	29
<b>CSLL</b>	<b>1</b>	<b>29</b>
	<b>2</b>	<b>96</b>

### 14. Instrumentos financeiros

Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos a seguir mencionados, os objetivos da Companhia, os gerenciamentos de risco exercidos pela Companhia.

#### a) Gerenciamento de riscos

##### *Visão geral*

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- (i) Risco de crédito.
- (ii) Risco de mercado.
- (iii) Risco operacional.

Estrutura de gerenciamento de risco - o gerenciamento de risco da Companhia visa identificar e analisar os riscos aos quais está exposta, para definir limites e controles de riscos apropriados e para monitorar riscos e aderência aos limites. A Companhia, por meio do gerenciamento de suas atividades, objetiva desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os empregados entendam os seus papéis e obrigações.

A Administração acompanha o cumprimento do desenvolvimento de suas atividades de controle de riscos e revisa a adequação da estrutura de gerenciamento de risco em relação aos riscos enfrentados pela Companhia.

## MEZ 6 Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

### 14. Instrumentos financeiros—Continuação

#### a) Gerenciamento de riscos--Continuação

O gerenciamento de riscos é feito com base também no nível e no contexto dos grupos de controle dos acionistas da Companhia.

##### i) Riscos de crédito

É o risco de a Companhia incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, oriundas da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente das contas a receber de clientes, ativo financeiro e de instrumentos financeiros, conforme apresentado a seguir:

- Caixa e equivalentes de caixa - representado pelas contas correntes e aplicações financeiras de primeira linha, o que mitiga o risco que a contraparte falhe ao cumprir com suas obrigações.

As principais vantagens desses mecanismos de proteção estão descritas a seguir:

- Riscos diluídos, pois todos os usuários pagam a todos os transmissores.
- As garantias financeiras são fornecidas individualmente pelos usuários.
- Negociações de pagamento são feitas diretamente entre transmissores e usuários.
- No caso de não pagamento, a Companhia, como agente de transmissão, poderá solicitar ao ONS o acionamento centralizado da garantia bancária do usuário relativa ao CCG ou à CFB.

##### ii) Risco de mercado

A utilização de instrumentos financeiros, pela Companhia, tem como objetivo proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros, índices de preços e moedas.

Risco de taxa de juros - refere-se aos impactos nas taxas de juros variáveis sobre as receitas financeiras oriundas das aplicações financeiras e empréstimos, financiamentos e debêntures.

*Análise de sensibilidade de taxa de juros variável - aplicações financeiras e empréstimos, financiamentos e debêntures*

## MEZ 6 Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

### 14. Instrumentos financeiros—Continuação

#### a) Gerenciamento de riscos--Continuação

A análise de sensibilidade foi determinada com base na exposição às taxas variáveis dos instrumentos financeiros em aberto no fim do período de relatório. A análise é preparada assumindo que o valor dos ativos e passivos a seguir esteve em aberto durante todo o período, ajustado com base nas taxas CDI e IPCA estimadas para um cenário provável do comportamento do risco que, caso ocorra, pode gerar resultados adversos para a Companhia. O CDI e IPCA utilizado para cálculo do cenário provável é referenciado por fonte externa independente, cenário este que é utilizado como base para a definição de dois cenários adicionais com deteriorações de 25% e 50% na variável de risco considerada (cenários A e B, respectivamente). Nos cálculos dos cenários foi considerada uma rentabilidade de 100% do CDI, IPCA acumulado e as outras variáveis envolvidas em cada transação não foram alteradas para os cálculos a seguir.

*Análise de sensibilidade de taxa de juros variável - aplicações financeiras e empréstimos, financiamentos e debêntures*

#### ii) Risco de mercado--Continuação

- Fonte: a taxa utilizada no cenário provável foi estimada com base nas expectativas de mercado, conforme dados divulgados pelo BACEN.

Com relação aos empréstimos, financiamentos e debêntures, os cenários A e B consideram uma elevação do IPCA em 25% e 50%, respectivamente.

Operação	Exposição (R\$ mil)	31/12/2025			
		Risco	Cenário provável (*)	25% Cenário A	50% Cenário B
<b>Passivos Financeiros</b>					
Debêntures	39.557	Aumento do IPCA	41.519	42.009	42.500
<b>Referência para ativos financeiros</b>			<b>Cenário provável</b>	<b>25%</b>	<b>50%</b>
IPCA %			4,96%	6,20%	7,44%

Risco de inflação - a receita da Companhia é atualizada anualmente por índices de prazos de reembolso que sejam adequados ao seu perfil de geração de caixa e/ou suas obrigações de reembolso de dívida.

## MEZ 6 Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

### 14. Instrumentos financeiros--Continuação

#### a) Gerenciamento de riscos--Continuação

##### iii) Riscos operacionais

Os riscos operacionais são aqueles inerentes à própria execução do negócio da Companhia e podem decorrer das decisões operacionais e de gestão da Companhia ou de fatores externos, tais como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento da Companhia.

- Risco técnico - a infraestrutura da Companhia é dimensionada de acordo com orientações técnicas impostas por normas locais e internacionais. Ainda assim, algum evento de caso fortuito ou força maior pode causar impactos econômicos e financeiros maiores do que os previstos pelo projeto original. Nestes casos, os custos necessários para a realocação das instalações em condições de operação devem ser suportados pela Companhia, ainda que eventuais indisponibilidades de suas linhas de transmissão não gerem redução das receitas (Parcela Variável).
- Riscos regulatórios - a Companhia está sujeita à extensa legislação e regulação governamental emitida pelos seguintes órgãos: Ministério de Minas e Energia - MME, ANEEL, ONS e Ministério do Meio Ambiente.

Risco de seguros - a Companhia contrata seguros de risco operacional e de responsabilidade civil para suas linhas de transmissão e subestações. A Companhia adota os critérios de contratação dos seguros de risco operacional e responsabilidade civil com o intuito de utilizar as melhores práticas adotadas por outras Companhias representativas do setor, que consistem em segurar os equipamentos mais relevantes e significativos para a operação, mantendo-os com elevados níveis de segurança aos potenciais sinistros.

#### b) Categorias de instrumentos financeiros

Em 31 de dezembro de 2025, o valor de mercado dos ativos e passivos financeiros se aproxima do valor contábil.

##### *Ativos Financeiros*

Ativos financeiros são geralmente classificados como mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou ao valor justo por meio do resultado com base tanto: no modelo de negócios da entidade para a gestão dos ativos financeiros; quanto nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro, conforme segue:

- Custo amortizado (CA): ativo financeiro cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do pagamento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva manter o ativo com o fim de receber seus fluxos de caixa contratuais;

## MEZ 6 Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

### 14. Instrumentos financeiros--Continuação

#### b) Categorias de instrumentos financeiros--Continuação

##### *Ativos Financeiros--Continuação*

- Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA): ativo financeiro (instrumento financeiro de dívida) cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do recebimento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva tanto o recebimento dos fluxos de caixa contratuais do ativo quanto sua venda; e
- Valor justo por meio do resultado (VJR): todos os demais ativos financeiros. Esta categoria geralmente inclui instrumentos financeiros derivativos.

##### *Passivos Financeiros*

Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado (exceto em determinadas circunstâncias, que incluem determinados passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado) e atualizados pelos métodos de juros efetivos e encargos. Qualquer diferença entre o valor captado (líquido dos custos da transação) e o valor de liquidação, é reconhecida no resultado durante o período em que os instrumentos estejam em andamento, utilizando o método de taxa efetiva de juros. As taxas pagas na captação do empréstimo são reconhecidas como custos da transação.

##### *Hierarquia do valor justo*

A Companhia usa a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo dos instrumentos financeiros pela técnica de avaliação:

	Nível	31/12/2025		31/12/2024	
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
<b><u>Ativos Financeiros</u></b>					
<b><i>Valor justo através do resultado:</i></b>					
Caixas e equivalentes de caixa	2	12	12	10	10
<b><u>Passivos Financeiros</u></b>					
<b><i>Custo amortizado:</i></b>					
Fornecedores	-	11.947	11.947	11.564	11.564
Debentures	-	39.557	39.557	36.149	36.149

Os ativos e passivos financeiros registrados a valor justo foram classificados e divulgados com os níveis a seguir:

## MEZ 6 Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

### 14. Instrumentos financeiros--Continuação

#### b) Categorias de instrumentos financeiros--Continuação

##### *Hierarquia do valor justo*--Continuação

- Nível 1 - preços cotados não ajustados em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos.
- Nível 2 - inputs, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo (diretamente preços ou indiretamente derivado de preços).
- Nível 3 - premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

### 15. Seguros (valores expressos em Reais)

A Companhia tem a política de manter cobertura de seguros em montante adequado para cobrir possíveis riscos com sinistros, segundo a avaliação da Administração.

Seguradora	Apólice	Modalidade	Valor segurado	Valor do prêmio	Período de vigência
Daycoval Seguros	017412021000107750031589	Riscos de engenharia	24.516	44	29/12/2025 a 29/03/2026
MITSUI	1750002004	Seguro Garantia - Fiscal	155	4	27/02/2026 a 26/02/2031

#### **Contador**

Pablo Fernandes da Silva  
CRC: 1SP 292416/O-3

#### **DIRETOR**

Mario Sergio Rizk de Abreu